

KEARNEY, MICHAEL. RECONCEPTUALIZING THE PEASANTRY: ANTHROPOLOGY IN GLOBAL PERSPECTIVE.¹ BOULDER, CO, WESTVIEW PRESS, 1996, 210 P.

Marta Inez Medeiros Marques²

mimmar@usp.br

“Reconceituando o campesinato”, de Michael Kearney,³ foi publicado dois anos após o levante zapatista de 1994 em Chiapas-México - um movimento de povos indígenas, e não de camponeses ou trabalhadores, que alcança repercussão internacional – e parece influenciado por este cenário. Embora o livro já tenha mais de dez anos e não tenha sido traduzido para o português até o momento, provável motivo pelo qual ele ainda é pouco conhecido entre nós geógrafos, trata-se de um trabalho instigante que discute a realidade dos novos sujeitos sociais subalternos que emergem a partir da crescente complexificação da relação entre campo e cidade no atual contexto de globalização e apresenta uma proposta teórica inovadora para compreender esta realidade.

Kearney propõe a superação da categoria camponês juntamente com a adoção de uma *perspectiva global e pós-desenvolvimentista*. Ele define camponês como um pequeno produtor familiar que possui parte significativa de sua produção destinada ao auto-consumo da família e afirma que o campesinato apresenta um papel crescentemente marginal em relação ao sistema econômico dominante. Tal prognóstico parece estar relacionado a uma sensibilidade antropológica influenciada por sua trajetória biográfica. Kearney residiu e trabalhou por muito tempo na fronteira entre os EUA e o México, onde ele entrou em contato com uma diversidade de sujeitos sociais de origem rural residindo em áreas urbanas.

O estudo etnográfico tomado como referência no livro é a comunidade de São Jerônimo Progresso, localizada na região Mixteca no estado de Oaxaca, México, e que se estende por pequenas áreas dos estados vizinhos de Puebla e Guerrero. As pessoas desta região se deslocam entre vários contextos econômicos e sócio-espaciais ao longo

¹ Reconceituando o campesinato: antropologia na perspectiva global.

² Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

³ Antropólogo americano que leciona atualmente no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, Riverside.

de suas vidas e os membros de uma mesma família podem ocupar diferentes posições num dado momento. Porém, a comunidade de origem permanece como o centro espiritual e principal ponto comum de referência entre os seus membros dispersos por diferentes espaços, formando, segundo Kearney, uma *comunidade transnacional* no interior da qual circulam fluxos de pessoas, informação, mercadorias e outras *formas de valor*.

Conforme o autor, o povo Mixteca em Oaxaca e em diáspora aparece em cinco diferentes contextos, podendo ser definido por cinco diferentes categorias, a saber: (1) na comunidade camponesa corporada em Oaxaca, na qual eles parecem ser clássicos camponeses; (2) no contexto do agronegócio, situado no noroeste do México e na Califórnia-EUA, onde eles aparecem como migrantes “camponeses-trabalhadores”⁴; (3) nas favelas das cidades mexicanas, onde eles aparecem como “camponeses na cidade” e se organizam como tal; (4) no setor informal nos dois lados da fronteira México-EUA, no qual eles aparecem como pequenos vendedores e prestadores de serviços; e, em menor número, (5) como pequenos comerciantes, empresários, profissionais, servidores públicos ou chefes políticos encontrados principalmente em cidades e grandes povoados no México.

Em face desta realidade e de sua difusão crescente entre comunidades de origem rural, são apresentadas as linhas gerais de uma teoria para compreender a constituição da identidade de classe neste contexto. Uma teoria que seja capaz de apreender o processo de diferenciação social que se observa em sociedades complexas e assim reconhecer as bases a partir das quais se estrutura a identidade em comunidades de origem camponesa e os frequentes desencontros verificados entre o lugar social determinado pelas relações de produção e a consciência do sujeito social.

Ele acredita que a diferenciação social interna está crescendo com o aumento da produção e do consumo de signos e valores econômicos e simbólicos, e que a tentativa de compreender a atual realidade em termos convencionais nos torna cativos de contradições imobilizadoras. Kearney propõe uma reconceituação do camponês com base numa teoria capaz de considerar ao mesmo tempo o econômico e o cultural e a *diferenciação interna* experimentada pelo sujeito que produz e consome.

⁴ Assim definidos no contexto da teoria da articulação como se verá adiante.

A ANTROPOLOGIA COMO O ESTUDO DO “OUTRO”: DE PRIMITIVO A CAMPONÊS

Inspirando-se na ideia de episteme de Foucault e no método *histórico-estrutural* que identifica em Eric Wolf, Kearney toma como questões centrais estrutura e história para delimitar as fases pelas quais a antropologia teria passado, clássica e moderna, e identificar o início de uma nova fase, inserida numa nova episteme, constituída a partir de uma *perspectiva global*. Segundo ele, o atual deslocamento discursivo observado na antropologia seria convergente com um movimento mais geral que, nas ciências físicas, manifesta-se com o desenvolvimento da teoria do caos e a busca da superação das oposições binárias e da essencialização das entidades.

Na fase *formativa* e clássica, a antropologia se caracteriza pelo estudo dos *povos primitivos* sob o colonialismo, ou seja, daqueles que estão para além do território da sociedade moderna e fora do tempo histórico. Na fase *moderna*, definida no contexto da guerra fria e inaugurada a partir do final da segunda guerra mundial, ela é caracterizada pelo estudo dos *camponeses*. E, na *global*, ou fase atual, volta-se para o estudo de sujeitos transnacionais ou *pós-camponeses*.

Conforme o autor, a categoria camponês emerge no centro do pensamento antropológico quando populações rurais pobres se insurgem em muitos países periféricos mobilizadas em torno da bandeira da transformação social e do comunismo, influenciando o deslocamento do olhar antropológico do passado para um futuro próximo, vislumbrado via o desenvolvimento capitalista das nações mais pobres. Neste momento, a categoria camponês é empregada tanto por abordagens desenvolvimentistas quanto pelo marxismo em referência a um contexto nacional; sob o marxismo, esta categoria aparece relacionada ao conceito de classe social, demarcando-se uma distinção clara entre classe camponesa e proletariado.

Enquanto a sensibilidade antropológica clássica situa o seu “outro” num espaço-tempo distante primitivo, a sensibilidade moderna o aproxima e a oposição “civilizado-primitivo” é substituída pela oposição “moderno-tradicional” e “urbano-rural”. Toma-se o moderno como o normal e o seu “outro” como deficiente, inferior ou

subdesenvolvido, mantendo-se uma apreensão dualista da realidade, apoiada num pensamento binário, que situa a diferença em espaços distintos.

A localização do “outro” num espaço social e geográfico específico seria uma preocupação primeira para a etnografia, antecedendo inclusive a referência ao tempo. A oposição espacial do *rural* versus o *urbano* é tomada como base para a naturalização da oposição temporal mais abstrata entre o antigo e o contemporâneo por representar uma dimensão fisicamente experimentada. Para a etnografia, o rural está para o urbano assim como o tradicional está para o moderno, ou seja, a distância espacial é equiparada ao afastamento no tempo.

Para Kearney, o conceito de camponês, ao se aplicar a diferentes tipos rurais que foram submetidos a formas diversas de relações mercantis e outras formas de subordinação, atua como uma “estratégia de contenção”⁵ do potencial perturbador que apresentam os tipos sociais situados em diferentes espaçotempos.⁶ Ou seja, o conceito de camponês atua no sentido de delimitar e conter a diferença ao definir e, ao mesmo tempo, situar o “outro” num lugar específico.

O camponês representa uma *categoria ambígua* em relação ao dualismo extremo expresso pela antropologia clássica, estando a meio caminho entre o primitivo e o moderno. Ao mesmo tempo, o camponês também é trabalhador e proprietário dos meios de produção e seu interesse na produção está dividido entre o valor de uso e o valor de troca. A variedade de interpretações existentes sobre a natureza do campesinato decorre do fato de esta categoria ser inerentemente ambígua e resistir a tipologias, o que frequentemente resultou na dificuldade de empregá-la como uma identidade oficial abrangente e na importância do tema da *diferenciação social* para o debate intelectual e político travado em torno da questão agrária e do futuro do campesinato sob o capitalismo desde muito cedo.

Para Kearney, a modernização do campo e o avanço da diferenciação social camponesa se verificam em muitos casos com a permanência de tipos rurais cuja

⁵ Expressão que Kearney vai buscar em Jameson, 1981.

⁶ Kearney fala com frequência em *tipos*, tanto referindo-se a categorias antropológicas como a tipos sociais, produtos históricos das práticas humanas como, por exemplo, diferentes comunidades e identidades.

identidade apresenta uma aparência camponesa, mas que não podem ser classificados nem como tradicionais nem como modernos. Haveria uma tendência de a moderna agricultura e a moderna economia destruírem os camponeses. Porém, eles não seriam inteiramente aniquilados por este processo e perpetuariam práticas e traços culturais como aspectos de identidades e comunidades mais complexas.

A REAÇÃO ROMÂNTICA E O ENFRAQUECIMENTO DA CATEGORIA CAMPONÊS

Nas décadas de 1960-70, a crise provocada pelo esgotamento do desenvolvimentismo põe em questão a construção modernista do campesinato, seja ela burguesa ou leninista, criando condições para a renovação de sensibilidades românticas. Mas, afirma Kearney, é somente a partir da década de 1980, devido a uma ampla estagnação das áreas rurais, que se difundem novas imagens românticas do campesinato, valorizando as virtudes das pessoas e dos espaços rurais e se contrapondo à ideia de reconstrução do campo segundo a imagem da sociedade urbana, entendida como alienada, tecnocrática e individualista.

A *perspectiva romântica*, da mesma forma que a modernista, também seria uma abordagem dualista e tenderia a reificar o campesinato, concebendo-o como uma comunidade orgânica homogênea. Porém, ela possui variantes, principalmente de esquerda, que têm levantado questões relevantes e assim contribuído para desmontar a perspectiva dualista sobre desenvolvimento, abrindo caminho para a visão pós-desenvolvimentista. Dentre elas, destacam-se a *teoria da dependência* e a *da articulação*.

Ele caracteriza a *teoria da dependência* como uma crítica à teoria da modernização que situa o subdesenvolvimento no contexto do capitalismo global. Invertendo a lógica difusionista atribuída ao processo de modernização, esta teoria analisa a extração de valores econômicos da periferia e sua acumulação nos países centrais. Segundo esta abordagem, o campesinato apresentaria um importante papel revolucionário.

A *teoria da articulação* dos modos de produção, por sua vez, quando se refere a comunidades camponesas, examina complexidades decorrentes da interação entre

relações de produção e processos de reprodução cultural que não haviam sido consideradas pela teoria da dependência. Ela analisa as várias configurações criadas a partir da articulação entre diferentes modos de produção, ou entre produção capitalista e não-capitalista.

A análise de Eric Wolf (1955) sobre comunidades camponesas e formas não-capitalistas de produção representa para Kearney uma proposta mais avançada no sentido do reconhecimento da natureza problemática do camponês e de sua desessencialização com base na ideia de *articulação de modos de produção* (porém Wolf adota uma abordagem dialética e não utiliza esta terminologia). Wolf analisa tipos camponeses na América Latina a partir das relações estruturais que estes estabelecem com a economia, incluindo a realização de outras formas de trabalho, fora da unidade de produção. E propõe uma tipologia para as comunidades camponesas capaz de melhor abarcar a diversidade de situações existentes do que, por exemplo, a classificação em pequeno, médio e grande camponês resultante de análises clássicas do processo de diferenciação socioeconômica.

Kearney destaca a importância da contribuição de Alain de Janvry (1981) para desessencializar o camponês. De Janvry apresenta uma teoria sobre economias articuladas e desarticuladas, em que as primeiras representam sociedades desenvolvidas, nas quais se observa uma correspondência entre a produção de bens de capital (setor I) e a produção de bens de consumo (setor II) e uma *articulação social* entre capitalistas e trabalhadores. As economias desarticuladas estão na periferia e apresentam um setor I “moderno” e um setor II “tradicional”. Nelas, o setor tradicional não possui capacidade de consumo para estimular a produção do setor moderno e funciona sobretudo como fonte de trabalho barato para esta.⁷ A principal fonte de mais-valia acumulada nos setores modernos na periferia seria o empobrecimento rural e a produção agrícola para o auto-consumo, que pressionam os agricultores a se assalariarem, tornando-se *trabalhadores semiproletarizados*.

⁷ Argumentos apresentados por esta teoria aparecem em textos de Chico de Oliveira da década de 1970 que analisavam as características do processo de industrialização brasileiro. Da mesma forma, a análise dos circuitos formal e informal da economia realizada por Milton Santos no final dos anos 1970 também pode ser compreendida como um desdobramento deste debate.

O termo semiproletário se refere a um indivíduo que é parte camponês e parte trabalhador, ou “camponês-trabalhador”, e é um primeiro passo para a desconstrução da perspectiva essencialista.

POR UMA NOVA TEORIA DA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E A CATEGORIA DE PÓS-CAMPONÊS

A proposta de reconceituação do camponês de Kearney se baseia em ideias cujas bases infraestruturais gerais estão surgindo e enfraquecendo a capacidade de contenção deste conceito. A história contemporânea é caracterizada pela destruição da categoria camponês na medida em que tem dado lugar à emergência da consciência de novas formas de cultura popular e global, dissolvendo a distinção entre identidade tradicional e moderna. Além disso, ideias críticas e filosóficas contemporâneas tais como a desconstrução têm atacado o logocentrismo e a dualidade do pensamento moderno.

Em conformidade com essas mudanças, o autor afirma a necessidade de adoção da *perspectiva global*, dando origem a uma antropologia em que não há mais camponeses nem a teleologia desenvolvimentista. Uma antropologia situada crescentemente em zonas marginais, comparáveis às zonas ocupadas pelos camponeses na fase anterior, mas que tenderiam a se tornar centrais por corresponder a uma realidade que se amplia e não se restringe à condição de resíduo de um passado histórico. Para ele, a categoria camponês é consistente com uma estruturação dualista do Estado-nação, enquanto o sujeito *pós-camponês* geralmente tem uma *identidade transnacional*.

Ele reafirma a *centralidade da análise de classes* para se compreender a diferenciação de identidades em sociedades complexas e se propõe a ampliar esta perspectiva com base numa *teoria geral do valor*. Para isto, toma a teoria de Bourdieu sobre formas de capital e elabora uma teoria do valor que inclui outras formas de valor além do econômico, considerando a sua desigual distribuição na formação de identidades.

Classe é compreendida como a estrutura e a fisiologia do espaço social no qual é criado e distribuído valor-poder. A dinâmica de classe está relacionada com os fluxos de produção, perda, transferência, acumulação e consumo, ou seja, com uma distribuição desigual de valor-poder entre pessoas situadas no espaço social.⁸

A migração massiva, a diversidade ocupacional, a produção e o consumo de massa, além da cultura popular contribuem para a diferenciação interna do sujeito, o que impossibilita qualquer posição unitária de se constituir como base da *identidade subjetiva de classe*. Isto revela a impotência da classe como dimensão básica para informar a identidade do sujeito, ou seja, para se refletir num sentido de pertencimento de classe.

Ainda assim, a classe seria uma dimensão fundamental para a análise da identidade subjetiva. A pouca proeminência da consciência de classe requer a avaliação das maneiras como esta diferenciação é mais refratada que refletida na consciência, em alguns casos com alienação e anomia e, em outros, com a etnicidade e as forças que motivam os novos movimentos sociais. A não reflexividade da realidade de classe na consciência popular não deve ser motivo para se negar a diferenciação de classe como fundamento de muitas outras formas de diferenciação.

Em lugar de identificar tipos camponeses, Kearney propõe uma teoria pós-camponesa focada na *diferenciação interna* do sujeito dividido entre diferentes comunidades, culturas, nacionalidades. Este sujeito pode ser duplamente diferenciado internamente: primeiro por participar em múltiplas relações de produção e, segundo, por consumir uma mistura amplamente heterogênea de sinais culturais e valores emanando de fontes globalmente diversas.

Em sua análise de classes a diferenciação interna não é tratada como alternativa à diferenciação externa, mas como complementar. Os sujeitos constituídos em campos sociais complexos são sujeitos internamente diferenciados que lutam pela apropriação de diferentes formas de *valor-poder*.

⁸ O Espaço Social é aqui compreendido no sentido estritamente sociológico e não geográfico.

Uma teoria geral de classe constituída numa *perspectiva global* deve considerar a sociedade como uma configuração que expressa uma desigual distribuição de valor-poder resultante de estratégias de dominação e resistência física e cultural e as identidades sociais como expressão das diferentes posições ocupadas neste campo de lutas. Estas identidades podem assumir formas culturais específicas como gênero, etnicidade, raça e outros, de acordo com configurações históricas específicas da distribuição do valor-poder. Porém, tais identidades corresponderiam, na verdade, a um tipo de desvio que tem como resultado ocultar a primazia da classe na estruturação da diferença.

A reconceituação do campesinato é sugerida pela emergência de novas formas sociais e políticas baseadas numa consciência transnacional e na ruptura com a ideia da existência de uma vinculação primordial com a terra, que supera a questão agrária como principal preocupação do campesinato e o leva a realizar reivindicações em termos de direitos humanos concebidos como universais, da ecopolítica concebida como global e da *etnicidade* concebida inerentemente como transnacional.

A questão da etnicidade deve ser compreendida como uma manifestação dramática de um complexo processo de diferenciação social que não resulta na simples assimilação do tradicional pelo moderno, mas envolve de forma contraditória a decadência da cultura local e a difusão da cultura popular e dos meios de comunicação. Neste contexto, emerge a categoria dos *subalternos*, anteriormente anunciada por Gramsci, que se torna a principal categoria antropológica no início do século 21.

O *subalterno* seria um tipo internamente diferenciado e o conceito apropriado para se referir a este sujeito não seria o de *indivíduo*⁹ mas o de *pessoa*, entendido como uma partícula cognitiva sobre a qual se condensam atributos do self. A *pessoa* é o self tanto no sentido abstrato ou legal daquele que pensa como também no sentido palpável, do corpo físico que se move e sente. A *pessoa* é o ser sem costuras, sem separação entre corpo e mente, superando a distinção entre o objetivo e o subjetivo do indivíduo moderno.

⁹ O *indivíduo* é naturalizado como a unidade central e indivisível da identidade do sujeito a partir de ideias metafísicas sobre a alma humana como o cerne essencial da identidade humana. A crítica às ciências sociais tem contribuído para a construção de uma definição alternativa do humano.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Kearney defende de forma eficiente sua proposta de reconceituação do campesinato à luz de uma renovação dos conceito de classe e de sujeito e da adoção da *perspectiva global*. Porém, parece superdimensionar a importância dos processos globais e seus desdobramentos sobre a realidade camponesa.

Se a *perspectiva global* é um ponto alto de sua contribuição por considerar a necessidade de compreendermos uma realidade social cada vez mais complexa e os importantes processos que hoje afetam o campo que têm origem fora do território nacional, ele peca pelo peso excessivo que atribui ao global. Ficou faltando ponderar sobre o peso do nacional, que ainda permanece como um nível fundamental. A noção de escala, tão cara aos geógrafos, muito ajudaria na construção desta compreensão.

Ele trabalha o conceito de classe com base na teoria da diferenciação social de Bourdieu e procura ir além, dentre outras coisas, por meio da distinção entre posição de classe e identidade social. O que abre novas possibilidades para a análise das classes num momento em que o consumo e a força das representações se tornam cada vez mais importantes. Mas, esta abordagem também apresenta limitações por privilegiar a análise da prática social por meio de uma perspectiva compreensiva de inspiração Weberiana e não ser capaz de apreender o movimento dialético que envolve a prática, para além dos interesses e estratégias definidos com base no habitus e na posição que cada um ocupa no espaço social, bem como no conhecimento das regras de funcionamento deste.¹⁰

Se a luta pela terra se transforma numa luta pelos direitos humanos dos residentes nas áreas rurais e de defesa da ecologia das áreas em que vivem, lutas com forte apelo geopolítico e caráter eminentemente transnacional, no Brasil isto acontece pari passu com a reemergência da *identidade camponesa* e sua resignificação.

A mobilização da identidade camponesa hoje no Brasil se dá via MST, dentre outros movimentos sociais e pode ser compreendida a partir de processos distintos e convergentes. De um lado, há uma luta classista por terra para produzir, nos moldes da antiga questão agrária. De outro, a campesinidade passa a ser assumida e valorizada,

¹⁰ Infelizmente não é possível aprofundar esta discussão no contexto desta resenha.

implicando uma luta pelo direito a produzir e existir em bases distintas, uma luta por território e não apenas por terra - um território liberado da ação das grandes corporações transnacionais e de sua lógica destruidora da natureza -, à semelhança do que ocorre com a afirmação de *etnicidade* no contexto de comunidades transnacionais. Assim, a luta que se projeta a partir da afirmação da identidade camponesa se universaliza e mundializa.

Um “novo camponês” vai sendo gestado e se tornando a identidade aglutinadora e legitimadora de um novo projeto político para o campo, que é construído a partir da crítica às idéias de modernização, produtivismo e desenvolvimento que sustentaram a difusão do pacote tecnológico da revolução verde, superando a crítica romântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DE JANVRY, Alain. *The Agrarian Question and Reformism in Latin America*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1981.

JAMESON, Frederic. *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1981.

WOLF, Eric. Types of Latin American Peasantry: a preliminary discussion. *American Anthropologist*, 1955, 57(3):452-471.